



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PR-PA-00000000/2024

CONTRATO **XX/2024**

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ, E

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA**, com sede na rua Domingos Marreiros, nº 690, Bairro: Umarizal, Cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.055-215, inscrita no CNPJ sob o nº 26.989.715/0019-31, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo **SECRETÁRIO ESTADUAL da PR/PA**, senhor \_\_\_\_\_, brasileiro, casado, matrícula nº. 22.510, no uso da competência que lhe foi atribuída pela **Portaria nº 171**, de 30 de maio de 2022, do **PROCURADOR-CHEFE da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**, e pelo **art. 41, IX, do Regimento Interno do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, aprovado pela **Portaria nº 382**, de 05 de maio de 2015, do Exmo. Sr. **SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, e, de outro lado, \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ – Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e CPF \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no Processo de dispensa de licitação nº 1.23.000.00xxxx/2024-xx e no **processo de contratação nº 1.23.000.XXXXXX/2024-XX**, e em observância e sujeição às normas da **Lei Nº 14.133** de 1º. de abril de 2021 (**Lei de Licitações e Contratos Administrativos**); às **cláusulas deste instrumento** e demais **normas correlatas** resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de PESSOA JURÍDICA para fornecimento contínuo de **água mineral** para o Ministério Público Federal no Estado do Pará, nos termos do Aviso de Dispensa de Licitação, do Termo de Referência e da Proposta do vencedor, os quais se vinculam ao presente instrumento, independentemente de sua transcrição.

Contrato **XX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e \_\_\_\_\_ para fornecimento contínuo de **água mineral** para o Ministério Público Federal no Estado do Pará.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

2.1. As especificações do objeto estão previstas no item 3 (três) do Termo de Referência.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1. O preço estimado total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme custos unitários estabelecidos na tabela abaixo, já consideradas todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, transporte, taxas, seguros e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.

TABELA 1

CATMAT: 445485				
DESCRIÇÃO: Água mineral natural, sem gás, acondicionada em embalagem retornável.				
UNIDADE DE MEDIDA: Garrafão com capacidade de 20 litros.				
Item	Local de entrega	Quantidade anual (A)	Valor Unitário em R\$ (B)	Valor total em R\$ (A X B)
1	Altamira	XXX	XXXX	XXXXX

3.2. Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**Comentado [A1]:** Nota explicativa: Caso se trate de contrato de valor estimativo, em que a própria demanda é variável, cabe inserir o subitem acima.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

4.1. Os termos deste contrato poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos casos dispostos no Art. 124 da Lei 14.133/2021.

4.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no Art. 125 da Lei 14.133/2021.

4.3. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Contrato **XX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e \_\_\_\_\_ para fornecimento contínuo de **água mineral** para o Ministério Público Federal no Estado do Pará.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**4.4.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

**4.5.** Nos termos do Art. 136 da Lei 14.133/2021, os registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- 4.5.1.** Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- 4.5.2.** Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- 4.5.3.** Alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- 4.5.4.** Empenho de dotações orçamentárias.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA**

**5.1.** Não haverá exigência de garantia contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão do baixo valor e baixa complexidade da contratação.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**6.1.** O fornecimento dos bens deverá ocorrer conforme descrito no Termo de Referência, em especial no item nº 5 (cinco).

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**7.1.** A Administração terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste termo de contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**7.2.** Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;

**7.3.** Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades contratuais e legais;

**7.4.** O CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre os bens fornecidos, e ainda, aplicar as penalidades previstas neste instrumento ou rescindi-lo, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas.

**7.5.** Fiscalizar o atendimento ao disposto no Art. 4º da Resolução CNMP nº

Contrato **XX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e \_\_\_\_\_ para fornecimento contínuo de **água mineral** para o Ministério Público Federal no Estado do Pará.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

177/2017, de 5 de julho de 2017, quanto à vedação de atribuição de cargo de chefia a empregado que tenha praticado ato(s) tipificado(s) como causa(s) de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral;

**7.6.** Será(ão) nomeado(s) Servidor(es), que ficará(ão) responsável(eis) pela gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas, e, ainda, atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA;

**7.7.** O(s) Servidores responsáveis pela fiscalização terá(ão) poderes para:

- a)** definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
- b)** notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- c)** suspender a execução dos serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, quando estes não estiverem sendo executados dentro dos parâmetros estabelecidos no Contrato, submetendo o caso ao Secretário de Administração para decisão.

**7.8.** O fiscal do contrato deverá informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme disposto no § 2º do Art. 117 da lei.14.133/2021.

**7.9.** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, conforme disposto no § 3º do Art. 117 da lei.14.133/2021.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;

**8.2.** Planejar a execução e a supervisão dos fornecimentos;

**8.3.** Indicar formalmente seu preposto;

Contrato **XX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e \_\_\_\_\_ para fornecimento contínuo de **água mineral** para o Ministério Público Federal no Estado do Pará.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**8.4.** Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, no prazo estipulado pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato;

**8.5.** Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução do objeto do contrato para análise e decisão do CONTRATANTE;

**8.6.** Comunicar imediatamente ao Fiscal ou Gestor do Contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto do contrato;

**8.7.** Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação;

**8.8.** Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados;

**8.9.** Quanto às vedações:

**8.9.1.** Não ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público da União e dos Estados, sob pena de rescisão contratual;

**8.9.2.** Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução do objeto contratado, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

**8.9.3.** Não permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências do CONTRATANTE;

**8.9.4.** Não utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

**8.9.5.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

**8.9.6.** Não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

## **9. CLÁUSULA NONA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**9.1.** O modelo de gestão e fiscalização na execução do objeto do contrato é aquele disposto no item 6 (seis) do Termo de Referência.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA**

**10.1.** O prazo de vigência deste termo de contrato será de **1 (um) ano contado da assinatura do contrato**, prorrogável por **até 10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Contrato **XX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e \_\_\_\_\_ para fornecimento contínuo de **água mineral** para o Ministério Público Federal no Estado do Pará.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**10.1.1.** A prorrogação de que trata esta cláusula está condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

**10.2.** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**10.3.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**10.4.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2024.

**11.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**11.2.1.** Gestão/Unidade: 0001/200075;

**11.2.2.** Fonte de Recursos: 0100;

**11.2.3.** Programa de Trabalho: 03062003142640001;

**11.2.4.** Elemento de Despesa: 30 - Material de Consumo;

**11.3.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**11.4.** Para cobertura da despesa foi emitida a Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**12.1.** A forma de recebimento do objeto, de faturamento e das condições de pagamento serão aquelas estabelecidas no item 7 (sete) do Termo de Referência.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE**

Contrato **XX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e \_\_\_\_\_ para fornecimento contínuo de **água mineral** para o Ministério Público Federal no Estado do Pará.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**13.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

**13.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, produzido e divulgado pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**13.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**13.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**13.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**13.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**13.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**13.8.** O reajuste será formalizado por apostilamento.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**14.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO**

**15.1.** A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas à CONTRATANTE para que esta delibere sobre a manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova CONTRATADA comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no instrumento convocatório, bem como às

Contrato **XX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e \_\_\_\_\_ para fornecimento contínuo de **água mineral** para o Ministério Público Federal no Estado do Pará.

**Comentado [A2]:** Nota explicativa: O PARECER n. 00003/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Advogado-Geral da União, ratificou o entendimento da Consultoria-Geral da União de que o reajuste em sentido estrito dos preços contratados, por meio da aplicação de índice que reflita efetivamente as variações dos custos do mercado, não representa uma modificação contratual e sua concessão ex officio pela Administração deve ser a regra, independentemente da natureza do objeto, incluindo serviços continuados e contratos de escopo. Todavia, restou assentado, excepcionalmente, que, "Por caracterizar-se o reajuste em sentido estrito como direito de ordem patrimonial e disponível, não há óbice jurídico para que, em tese, seja consumada a renúncia tácita ou a preclusão lógica do seu exercício nos contratos continuados e nos contratos de escopo, desde que cumulativamente: (a) o edital ou contrato preveja expressamente que a concessão do reajuste resta condicionada à solicitação do contratado; (b) que não haja solicitação do reajuste antes da celebração de aditamento de vigência; (c) seja celebrado aditamento para a prorrogação do prazo de vigência do contrato sem qualquer ressalva quanto à ulterior análise pela Administração do reajuste e (d) o edital expressamente preveja que a formalização do aditamento sem a concessão do reajuste, ou ressalva de sua superveniente análise, será considerada como renúncia ou preclusão lógica do direito". Observe-se que, para condicionar o reajuste à solicitação do contratado, a Administração deverá apresentar motivação idônea nos autos do processo administrativo, promovendo as respectivas adequações na cláusula sétima da minuta de termo de contrato.

**Comentado [A3]: Nota Explicativa:** A Administração deverá atentar para que o índice utilizado seja o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços dos bens a serem fornecidos, "...o qual deverá ser preferencialmente um índice setorial ou específico, e, apenas na ausência de tal índice, um índice geral, o qual deverá ser o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração..." – TCU, Ac. nº 114/2013-Plenário.

**Nota Explicativa 2:** A Administração poderá, ainda, utilizar índices diferenciados, inclusive mais de um, de forma justificada, de acordo com as peculiaridades envolvidas no objeto contratual (art. 25, § 7º, da Lei n.º 14.133, de 2021). Caso haja a utilização de mais de um índice, deverá a Administração ajustar a redação da cláusula de modo a especificar o insumo respectivo sobre o qual incidirá cada índice de correção.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

demais recomendações dispostas na Lei 14.133/2021, em especial quanto aos Arts. 14 a 16.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES**

**16.1.** As sanções por descumprimento de cláusulas contratuais estão previstas no Aviso de Dispensa de Licitação correspondente ao presente termo de contrato.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**17.1.** Nas operações de tratamento de dados pessoais realizadas por força deste termo de contrato, as PARTES se obrigam a:

**17.1.1.** Realizar o tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, conforme os princípios e amparadas em uma das bases legais previstas na LGPD;

**17.1.2.** Adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais;

**17.1.3.** Manter os registros das operações de tratamento de dados pessoais que realizar;

**17.1.4.** Facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados;

**17.1.5.** Prestar auxílio à outra parte no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

**17.1.6.** Comunicar à outra parte, de maneira formal e imediata, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais;

**17.1.7.** Não transferir e/ou compartilhar com terceiros os dados pessoais recebidos em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização da outra parte, exceto para fins de cumprimento de obrigações legais às quais está submetida;

**17.1.8.** Registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as

Contrato **XX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e \_\_\_\_\_ para fornecimento contínuo de **água mineral** para o Ministério Público Federal no Estado do Pará.





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações da autoridade competente.

**17.2.** As PARTES podem solicitar, a qualquer tempo, informações a respeito das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em decorrência deste termo de contrato, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

**17.3..** Cada PARTE responderá, de forma independente, por eventuais danos causados a titulares de dados pessoais, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação à legislação de proteção de dados pessoais.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**18.1.** As hipóteses de extinção do contrato são aquelas estabelecidas no Capítulo VIII, do Título III, da lei 14.133./2021, no que couber.

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

**19.1.** A publicação deste Termo de Contrato será providenciada pela Administração, às suas expensas, nos termos estabelecidos no Art. 94 da Lei 14.133/2021.

**20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

**20.1.** Fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária da comarca da cidade de Belém, no Estado do Pará, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste termo de contrato.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo de Contrato, firmado pelas partes e as testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

Belém-PA, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023.

Contrato **XX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e \_\_\_\_\_ para fornecimento contínuo de **água mineral** para o Ministério Público Federal no Estado do Pará.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA ESTADUAL  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

XXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Secretário Estadual - PR/PA  
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante da contratada  
CONTRATADA

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

Contrato **XX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**  
e \_\_\_\_\_ para fornecimento contínuo de **água mineral** para o Ministério  
Público Federal no Estado do Pará.